

Nanico dá trabalho ao TSE

■ Candidato com ficha criminal e convenção feita na rua depõem contra pequenos partidos

PAULO MUSSOI

BRASÍLIA – Dono de uma fortuna de R\$ 6 milhões e uma ficha policial com inquéritos por estelionato e furto, o empresário paulista Dorival Masci de Abreu, 64 anos, preferiu ficar em confortável anonimato a correr os riscos da exposição pública. Até quinta-feira à noite um dos 14 candidatos de partidos nanicos à presidência da República, Dorival resolveu renunciar. Convocou a executiva nacional do Partido Trabalhista Nacional (PTN) a sua casa e, em reunião regada a vinho acompanhado de canapés, renunciou em favor da secretária-geral, Thereza Ruiz. “Será a primeira candidata à presidência. Agora, teremos mais chances”, comemorou.

Dorival atribui o prontuário policial a “um homônimo”, mas dificilmente teria a candidatura homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No pedido de registro, protocolado em 5 de julho pelo PTN, não consta sequer seu título de eleitor. O empresário já respondeu a dez inquéritos policiais, série que começou em 1959 e inclui estelionato, furto, desacato à autoridade e crime contra a administração pública. No último, de 1996, foi acusado de estelionato pela indústria de laticínios Catupiry. O inquérito está em andamento na 15ª Delegacia Policial, em São Paulo. Os anteriores foram arquivados.

Dorival diz que renunciou para concorrer a deputado federal. Jura que nunca pisou numa delegacia, mas não esclarece como é possível que o “homônimo” com quem estaria sendo confundido nos inquéritos tenha sua



Dorival Masci já respondeu a 10 inquéritos e renunciou à candidatura

idade e números do CPF e da carteira de identidade idênticos aos de seus documentos. Dorival não explica também como a folha criminal do outro Dorival foi parar no processo de registro da candidatura no TSE – e com sua assinatura. “Pois é, ainda vou investigar isso”, diz, encerrando a conversa.

Já no Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) – um nanico inspirado no populismo varguista – a história não é assim tão original. Lembra um pouco a crise que deixou o PMDB sem candidato algum nesta eleição. Timbelindo Soares Resende, que afirma ser o segundo vice-presidente do PT do B, entrou com uma ação no TSE pedindo a impugnação do candidato do partido, João de Deus Barbosa de Jesus. Timbelindo alegou que João de Deus foi

indicado sem passar pela convenção.

Na rua – A convenção nacional do PT do B ocorreu literalmente no meio da rua, em frente aos portões da Faculdade de Ciências Médicas de Belo Horizonte, com apenas 40 participantes. Mas a defesa de João de Deus – assinada pelo advogado Celson Carlos Batista de Oliveira, que também se apresenta como segundo vice-presidente do PT do B – alega que esta foi a forma encontrada para evitar que o partido ficasse sem candidato próprio. Caso isso acontecesse, prevaleceria a intenção do grupo representado por Timbelindo, que preferia oferecer apoio ao ex-presidente Fernando Collor.

Collor apresentou-se ao TSE como candidato do PRN, embora tenha sido punido em 1992 pelo Senado com a

proibição de exercer cargo público até o ano 2000, após ter escapado do impeachment com a renúncia.

Também confusa é a candidatura do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), de Enéas Carneiro, dono de 4% das intenções de voto, segundo as últimas pesquisas. Ao cumprir a exigência da declaração de bens, Enéas escreveu a mão, minutos antes de entregar os documentos necessários ao registro, que era dono apenas de um apartamento no Rio de Janeiro, avaliado em R\$ 115 mil. Dias depois, teve que mandar uma correção, sob pena de ter seu pedido indeferido. Além do apartamento, Enéas é dono de uma clínica cardiológica e uma editora, que leva seu nome. E o apartamento, lembrou-se depois, não vale R\$ 115 mil, mas R\$ 130 mil.

O candidato do Prona também enfrenta problemas por causa da defesa veemente que faz da construção da bomba atômica brasileira. Tramita no TSE um pedido de impugnação de sua candidatura, impetrado pelo psicólogo fluminense e candidato a deputado federal pelo PDT Luiz Fernando D’Ávila. Segundo Luiz Fernando, o sonho de Enéas é “crime de lesa-humanidade, que contraria todos os tratados assinados pelo país”.

O Prona defendeu seu candidato, alegando que “construir bomba atômica, submarino nuclear e demais artefatos não significa que se pretenda utilizá-los. É apenas uma garantia para a paz”. A decisão só virá no dia 13, quando o TSE julgará os pedidos de registro dos candidatos.

São Paulo – Hélivio Romero